

João Chagas e a ideia de República em Portugal.

Noémia Malva Novais ¹

Resumo:

Este breve estudo sobre “João Chagas e a ideia de República em Portugal” tem como objectivo evidenciar as circunstâncias em que a ideia republicana emergiu em João Chagas, bem como o modo como evoluiu até se transformar na ideia dominante ao longo da sua vida.

Neste sentido, esta análise integra uma síntese da situação política portuguesa dos finais do século XIX e dos princípios do século XX, no sentido de contextualizar o aparecimento do movimento republicano, que envolveu a quase totalidade das classes média e média-baixa urbanas até então alheias à política, e de explicar o desenvolvimento do republicanismo em Portugal.

Palavras-chave: João Chagas, intelectual, Monarquia, República, Portugal.

Abstract:

This study about “João Chagas and the idea of Republic in Portugal” aims to highlight the circumstances in which the idea emerged in republican João Chagas, and how it has evolved into the dominant idea throughout his life.

Therefore, this analysis includes a summary of the situation of Portuguese politics in the late nineteenth century and early twentieth century, in order to contextualize the emergence of the republican movement, involving almost all the middle and lower-middle urban classes hitherto unrelated to politics, and explain the development of republicanism in Portugal.

Key-words: João Chagas, intellectual, Monarchy, Republic, Portugal.

João Chagas e a Ideia de República em Portugal



Introdução

Este estudo sobre *João Chagas e a ideia de República em Portugal* tem como objectivo evidenciar as circunstâncias em que a ideia republicana emergiu em João Chagas, bem como o modo como evoluiu até se transformar na ideia dominante ao longo de todo o seu percurso de vida.

Simultaneamente, esta análise não pode fazer-se sem uma síntese da situação política portuguesa dos finais do século XIX e dos princípios do século XX, para contextualizar o aparecimento do movimento republicano, que “mobilizou largas fatias das classes médias e médias-baixas urbanas, até então «excluídas» da política”,² bem como o desenvolvimento do republicanismo em Portugal.

1. De aristocrata leal à Monarquia a defensor da República

Ora, João Chagas nasceu em 1 de Setembro de 1863, no Rio de Janeiro, então capital do Brasil, numa família de emigrantes liberais. Os pais morreram quando era ainda criança e, por isso, foi obrigado a enfrentar a vida sozinho. Ao atingir a maioridade, viajou para Portugal, para Lisboa, cidade da qual, mais tarde, foi para o Porto. Aí, aos 20 anos, numa época em que os futuros vultos do republicanismo eram caloiros na Universidade de Coimbra,³ iniciou-se no jornalismo no jornal *O Primeiro de Janeiro*.

Nesta época, o início dos anos 80 do século XIX, “a crise do regime monárquico era evidente. Para alguns, o regime já não vivia, apenas sobrevivia numa agonia irreversível. Regeneradores e progressistas, primeiro, regeneradores liberais e dissidentes progressistas, depois, revezavam-se, rotativamente no poder. Embora com diferenças programáticas, as práticas eram em tudo idênticas. Quando se sentiam incomodados pela oposição, pediam ao rei o encerramento das câmaras. E, entretanto, legislavam sem o controlo dos parlamentares, promoviam e falseavam novas eleições, de modo a obterem resultados favoráveis. Se, ainda assim, subsistissem dúvidas sobre a exequibilidade dos seus desígnios, apressavam-se a solicitar mais uma *forçada de pares*. Perante esta situação, o descrédito das instituições generaliza-se e, no Parlamento, tornam-se frequentes as trocas de ofensas. O descontentamento do povo cresce e manifesta-se, quer nos locais de trabalho, quer na praça pública”.⁴

À medida que a Monarquia Constitucional se aproxima do fim, o republicanismo apresenta-se como o único meio de salvar o país, “colorido de socialismo (quer ‘utópico’, quer ‘científico’)⁵, sobrelevando a questão política à questão social. Os republicanos entendem então que “a mudança de funcionamento da sociedade seria

inoperante sem a mudança prévia das instituições políticas definidoras do Estado [...], que as alterações sociais se fariam de ‘cima para baixo’ por acção legislativa e que, para tal, havia que mudar primeiramente o regime político”.⁶ Este republicanismo, genealógicamente fundado nos vintistas Fernandes Tomás, Ferreira Borges, Silva Carvalho, Mouzinho da Silveira, Joaquim António de Aguiar e Manuel Passos, entre outros igualmente defensores da República enquanto *governo do Povo, pelo Povo, para o Povo*, vinha ganhando simpatizantes desde 1848, época em que “os sucessos revolucionários europeus, eivados de romantismo e de messianismo profético, trazem até nós a ideia de República”.⁷

É, porém, a partir da Regeneração (1851) que se alongam as fileiras de simpatizantes republicanos. Nesta altura, Fontes Pereira de Melo transforma-se no intérprete do sonho europeu de Portugal, dinamizando uma política de fomento económico e tecnológico, melhorando a rede de transportes, nomeadamente ligando-nos ao exterior através dos caminhos-de-ferro, e a experiência rotativa, isto é, “a plácida e ordeira partilha do poder”⁸ entre regeneradores e progressistas consegue um período de estabilidade política. Contudo, esta política foi conseguida através de um recurso massivo ao crédito externo, o que aumentou os défices da dívida pública e a tributação sobre os contribuintes.

Ora, é, neste contexto, que, tal como se constitui o Partido Socialista (1875), começam as movimentações para a constituição do Partido Republicano (1876-1883). E é, precisamente, neste período, em que o republicanismo ganha expressão nas camadas burguesas cidadinas, nas profissões liberais e nos estudantes, que João Chagas vai do Rio de Janeiro para Portugal. Por esta altura, a «geração doutrinária», que se exprime até 1890, coordena, através do Directório nacional do Partido Republicano, um conjunto de agremiações regionais existentes nas mais importantes capitais de distrito e organiza congressos gerais.

Nesta fase, João Chagas era um homem de postura, hábitos e ideais aristocráticos, simpatizante monárquico, educado, elegante, servido por uma intuição singular. Iniciara-se no jornalismo em *O Primeiro de Janeiro* mas rapidamente tinha sido convidado a escrever para os jornais monárquicos *O Tempo* e o *Correio da Noite* e, ainda, para a agência telegráfica inglesa *Central News*. O seu contemporâneo e primeiro biógrafo Alfredo de Mesquita⁹ acentua que João Chagas escrevia de dia para os jornais da noite e de noite para os jornais de dia, auferindo com o seu trabalho quantias invejáveis por qualquer jornalista do tempo.

Por essa altura, o movimento republicano cresce mas, simultaneamente, incorpora divisões internas e, se alguns defendem a revolução, a maioria preconiza uma transformação gradual das mentalidades que haveria de conduzir a uma mudança pacífica do regime político.¹⁰ Para isso, republicanos como José Elias Garcia, Consiglieri Pedroso, Teófilo Braga e José Falcão defendem a necessidade de levar os ideais republicanos às camadas populares menos instruídas que então olhavam a República como uma anarquia. Para tanto, criam jornais (*O Século*, *o Trinta*, *a Democracia*, *O Partido do Povo*, *a Discussão*), agremiações filantrópicas e associações profissionais e de bairro; e, por ocasião de acontecimentos políticos polémicos, promovem manifestações de massas.

A aproximação do ano de 1890 começa a acelerar a mudança. Por um lado, os partidos monárquicos perdem os seus líderes históricos e enfrentam o problema de sucessão que abre querelas internas.¹¹ Por outro lado, as colónias portuguesas em África voltam a estar na primeira linha dos interesses britânicos e agora também dos interesses alemão, francês e belga. Em Portugal, sonha-se com a união de Angola e Moçambique e coloca-se esse sonho num «mapa cor-de-rosa» que transforma as colónias africanas geograficamente separadas num verdadeiro império que, de certo modo, substituíra o império brasileiro perdido décadas antes (1822). Ora a Inglaterra pretendia unir o Cabo ao Cairo através do caminho-de-ferro, o que implicava passar livremente no território que Portugal colorira de rosa. Por isso, envia um *Ultimatum* (11 de Janeiro de 1890) a Portugal, ameaçando que, se Portugal não quisesse ver as suas colónias africanas ocupadas e Lisboa bombardeada, teria de retirar as suas tropas das regiões em litígio. O governo de Lisboa, afundado numa crise económico-financeira sem precedentes, aceita o *Ultimatum*. Porém, a nação inteira sente-se ultrajada.

Sem demora, o *Ultimatum* inglês, “na sua formulação intimidativa e vexatória”,¹² cria “um geral sentimento de insatisfação cívica e uma reacção generalizada de anglofobia, logo volvida, nos sectores mais inconformados, em brados de uma propaganda indignada e activa contra a Monarquia Constitucional”.¹³ Tanto no Parlamento, como nos jornais, como nas ruas, o apelo à revolução torna-se palavra de comando e é neste contexto de crise do regime monárquico, de descrédito das instituições e de descontentamento crescente da população que João Chagas abandonou a tradição liberal familiar, leal à Monarquia, e se deixou seduzir pelos ideais republicanos. Desde então, cessou de escrever para os jornais *O Tempo* e *Correio da Noite*, por serem monárquicos, e para a *Central News*, por ser inglesa, e passa a publicar artigos sucessivos em vários

jornais republicanos, entre os quais *A República*, *A Justiça Portuguesa* e *A República Portuguesa*. De *A República Portuguesa* foi, aliás, redactor principal, assumindo funções que hoje podemos equiparar às de um chefe de Redacção ou de um director.

Portanto, esta adesão de João Chagas ao republicanismo aconteceu na mesma altura e pelos mesmos motivos que os republicanos se uniram em volta da ideia de revolução: o *Ultimatum* inglês de 11 de Janeiro de 1890. A maioria dos republicanos começa a acreditar que a República se fará pelas armas. A «geração doutrinária» perde importância para as gerações mais novas dispostas a quase tudo pelo derrube da Monarquia e pela implantação da República. Enquanto António José de Almeida e Afonso Costa, entre outros, pensam desencadear uma revolução no Porto, João Chagas, José Pereira de Sampaio (Bruno) e Basílio Teles iniciam uma intensa campanha de propaganda contra a Monarquia também no Porto,¹⁴ cidade que não apresentava as mesmas dificuldades de Lisboa, onde a administração monárquica exercia um controlo apertado, e, por outro lado, era a segunda maior cidade em número de agremiações republicanas.

Portanto, desde o início de 1890, João Chagas escreveu inúmeros artigos contra a Monarquia e contra a Inglaterra nos jornais *A República* e *A Justiça Portuguesa*, bem como, a partir de Setembro do mesmo ano, no jornal *A República Portuguesa*. Em todos estes jornais, mas particularmente em *A República Portuguesa*, afirma-se como um jornalista tão respeitado quanto temido ou quanto odiado, dependendo do posicionamento ideológico de quem o lia. Implacável em todos os seus textos, responsabiliza totalmente o rei D. Carlos e o regime monárquico pela intimação britânica feita no *Ultimatum*. É, desse modo, que prepara, como nenhum outro, “o clima febril de que sairia a tentativa revolucionária do 31 de Janeiro de 1891”.¹⁵

A verdade é que, por ironia do destino ou simplesmente por acção governamental, João Chagas não viu esta revolução que acabou por fracassar, dado que se encontrava preso desde 26 de Janeiro sob a acusação de abuso de liberdade de pensamento, exactamente pelos artigos publicados em *A República Portuguesa*, alguns dias antes do 31 de Janeiro (1891).

Assim, da vivência com Ramalho Ortigão, Eça de Queirós, Conde de Ficalho, António Cândido, Guerra Junqueiro, entre outros, João Chagas passou à convivência com os demais condenados pelo Tribunal Militar de Leixões. Foi condenado a seis anos de degredo, primeiro em Mossamedes e depois na Fortaleza de S. Miguel, em Luanda,

Angola, donde conseguiu evadir-se, não sem antes escrever o seu *Diário de um condenado político: 1892-1893*, uma das suas principais obras.

Ao regressar a Portugal, primeiro por se encontrar clandestino e depois por se manter desanimado com “as inclemências da vida e a conduta dos homens”, esteve, temporariamente, afastado do estado quase febril em que o jornalismo e a política o mergulhavam, embora tenha fundado, chefiado e escrito em jornais republicanos de breve duração, devido, quer à escassez de meios económicos, quer ao cada vez mais apertado controlo governamental monárquico.¹⁶ Entretanto, em 1896, com 33 anos, foi iniciado na Maçonaria Portuguesa, na loja Luís de Camões, em Lisboa e, no mesmo ano, atingiu o terceiro grau, o que indicia o seu elevado prestígio. Adopta o nome maçónico Armand Carrel, que fora um jornalista e político francês com um idêntico percurso de vida.

Uma década depois, um novo acontecimento reacende em João Chagas a chama da revolta: é a ditadura de João Franco. Na verdade, a ditadura franquista (iniciada em Maio de 1907 e terminada, abruptamente, com o regicídio de 1908) instiga-o a iniciar, no jornal *O Mundo*, uma rubrica de combate à Monarquia, denominada *Diário Livre*, que estará, posteriormente, na origem de outra das suas obras mais significativas: *Cartas Políticas*. Estas *Cartas Políticas* são consideradas como os últimos golpes numa Monarquia que, nesta altura, estava decadente.

No seguimento destes artigos, como inflamado defensor da via do confronto que era, nesta época, envolveu-se em mais uma tentativa revolucionária – a de 28 de Janeiro de 1908 que precedeu, em três dias, o regicídio. A verdade é que, mais uma vez, novamente por ironia do destino ou simplesmente acção governamental, é outra vez preso, em Lisboa, a 21 de Janeiro, a poucos dias de fracassar mais este movimento revolucionário. Outros destacados republicanos foram também presos: França Borges, Alfredo Leal, António José de Almeida, Afonso Costa e Egas Moniz. O governo franquista apressou-se a redigir um decreto – que ficará conhecido como o *decreto do desterro* – destinado a viabilizar o envio para África de todos os envolvidos neste movimento revolucionário sem prévio julgamento. Este decreto foi assinado por D. Carlos, em Vila Viçosa, onde, há um mês, andava à caça, e a sua publicação, a 31 de Janeiro (1908) é tomada pelos republicanos como uma ofensa à memória da revolução fracassada do 31 de Janeiro de 1891.¹⁷

Por isso, apesar dos principais vultos do republicanismo se encontrarem presos, a conspiração contra João Franco mantém-se, aumentando o clima de tensão na capital.

Sabendo-se, entretanto, que o rei D. Carlos regressaria no dia seguinte, sábado, 1 de Fevereiro, os conspiradores procuram apanhar João Franco à chegada do rei. Como não conseguem, porque este, apesar de ter ido receber o rei, a rainha e o príncipe Luís Filipe, desaparece por entre a multidão, seguem a comitiva real até ao Terreiro do Paço e, provavelmente, em desespero perante a ausência do ditador, atiram ao rei e ao príncipe. Após o regicídio, com a chegada de D. Manuel II ao poder, o decreto não foi aplicado e os republicanos foram libertados. João Chagas, de novo em liberdade, prosseguiu o seu combate pela República, estando presente na reunião do Partido Republicano Português, ocorrida a 30 de Janeiro de 1910, na qual afirmou a existência de *conflito entre a nação e o regime* e ao fazê-lo, sabia que ‘decretava’ o fim da Monarquia. Na verdade, foi nessa mesma reunião que foram lançadas as bases de uma forte agitação e conspiração contra a Monarquia, assente numa articulação de esforços com a Maçonaria e a Carbonária.¹⁸

2. De jornalista, escritor e panfletário a diplomata e governante

Assim se chega à implantação da República, em 5 de Outubro de 1910. João Chagas contava 47 anos. Já não evidenciava o vigor da juventude, mas aliava a elegância a uma cultura invulgar. Era um símbolo do combate à Monarquia e do combate pela República.

Todos o associavam aos bastidores da revolução e, na verdade, a João Chagas se deviam as aliciações na Marinha nos meses que antecederam a revolução republicana. Com António José de Almeida, a quem fora atribuída a organização do corpo de revolucionários civis, dialoga com os chefes da Carbonária. Na véspera da revolução, chefia o quartel general revolucionário instalado no balneário de S. Paulo, em Lisboa. Com Afonso Costa, António José de Almeida, Pires de Carvalho, Malva do Vale e Alfredo Leal aí aguarda os sinais da revolução, desespera perante a ausência de notícias e, finalmente, alegra-se com a confirmação de que a revolução está em marcha.

Porém, para João Chagas, o dia 5 de Outubro de 1910 não é “a data de uma revolução que rebenta mas de uma revolução que cessa, ao fim de 20 anos que durou [...]”.¹⁹ Assim, enquanto a generalidade dos vultos do republicanismo se perde em lutas apaixonadas, João Chagas, que era então considerado um estadista,²⁰ deixa a política aos políticos e aceita a nomeação para o lugar de chefe de missão de 1.ª classe (em 23 de Março de 1911), enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Legação de Portugal em Paris, capital da França, o país cujo lema revolucionário *Liberdade*,

Igualdade, Fraternidade está inscrito no seu espírito maçónico. Seguiu-se-lhe, no mesmo dia, Manuel Teixeira Gomes, nomeado para o mesmo cargo para a Legação de Portugal em Londres. Os dois serão determinantes no futuro próximo de Portugal.

Já na capital francesa, lia minuciosamente os jornais portugueses e franceses e seguia obstinadamente, e quase sempre com angústia, o que se passava na vida interna da República portuguesa e nos bastidores da política internacional, sobretudo o que se referia às colónias portuguesas. Chega mesmo a pedir a Câmara Reys para divulgar internamente a situação internacional de Portugal e a necessidade de se fazer uma nova política e de todos colaborarem na sua definição e implementação.

João Chagas estava convencido de que a atitude da Inglaterra para com Portugal era de “expectação” e de que o nosso destino, como nação colonial, dependeria apenas do que lhe mostrássemos que seríamos capazes de fazer. O império colonial, cobiçado por várias nações estrangeiras, só seria salvaguardado se a República abrisse o país e as colónias. Estava ciente de que a República despertara interesse nos meios financeiros da Europa e, por isso, alertava que as nações estrangeiras esperavam de Portugal novas iniciativas, que viabilizassem o ressurgimento material do país e criassem um regime de porta aberta aos capitais estrangeiros. Como a República não dava esses sinais, o nosso embaixador em Paris receava que as colónias se perdessem.

Durante os primeiros meses de actividade diplomática, João Chagas deu ainda especial atenção ao perigo de restauração monárquica em Portugal. É disso testemunha a correspondência frequente trocada entre Paris e Lisboa, designadamente entre João Chagas e Bernardino Machado, à época ministro dos Negócios Estrangeiros. Bernardino Machado estava determinado a averiguar o que faziam os conspiradores em território francês e o nosso diplomata mantinha-o permanentemente informado.

Bernardino Machado respondia às informações de João Chagas com novas indicações. Rogava-lhe que insistisse junto do governo francês e da Schneider, no sentido de Portugal conseguir adquirir um ou mais navios e diverso material de guerra. Havia uma notória preocupação em apetrechar as forças militares portuguesas, no sentido de garantir a defesa das nossas fronteiras marítimas e terrestres. O risco de uma insurreição monárquica dominava grande parte dos seus espíritos.

O facto de ambos estarem atentos ao perigo de uma tentativa de restauração monárquica em Portugal fez com que a missão de João Chagas na Legação de Paris, decorrida até ser chamado, em finais de Agosto de 1911, a formar o primeiro Governo constitucional da República, se desenrolasse, essencialmente, em torno de duas questões principais:

por um lado, a vigilância dos conspiradores em território francês e, por outro, as sucessivas tentativas de aquisição de material de guerra. João Chagas é bem sucedido em ambas.

Entretanto, foi chamado a presidir ao primeiro Governo constitucional, porque o Presidente da República Manuel de Arriaga entendia, claramente para travar a influência crescente de Afonso Costa, que este primeiro ministério não deveria integrar elementos do Governo Provisório, antes devendo ser constituído “fora das dissidências e perturbações partidárias”. Ora, um governo de unidade republicana, que precisava do apoio das massas populares, só poderia ser presidido por uma figura eminentemente popular que não estivesse comprometida com nenhuma das facções que germinavam no PRP. O perfil tinha as medidas de João Chagas.

Apesar de sentir que seria o maior sacrifício da sua vida, o enviado extraordinário em Paris aceita a nova missão, acreditando que impediria “por sua própria força e autoridade que as lutas internas do partido degenerassem numa guerra aberta” e que contribuiria para a aceitação do regime republicano pela comunidade internacional.

Abandonou a diplomacia em Paris para assumir a presidência do Ministério, a 3 de Setembro de 1911, certo de que recebia uma pesada herança. Conhecia as dificuldades que iria encontrar para governar um país com oito séculos de tradição monárquica, uma República recente, uma classe política heterogénea, um PRP a dividir-se, uma situação económica catastrófica, um elevado índice de analfabetismo e um sério perigo de eventuais tentativas de restauração monárquica.

Perante a impossibilidade de formar um governo de concentração, devido à recusa de Afonso Costa, numa tentativa de conciliação nacional, constitui um Ministério com personalidades das diferentes facções republicanas: camachistas, almeidistas, independentes (todos do *Bloco*) e até o *adesivo*, Diogo de Melo Leote, a quem entregou a pasta da Justiça; convidou Duarte Leite para as Finanças; Pimenta de Castro para a Guerra; João Duarte de Meneses para a Marinha; Augusto de Vasconcelos para os Negócios Estrangeiros; Sidónio Pais para o Fomento; e Celestino Pais de Almeida para a nova pasta das Colónias.

Sabia que contava com a oposição parlamentar do grupo maioritário do antigo PRP, mas, mesmo assim, era sua intenção pacificar a vida parlamentar da República e, com essa pacificação, governar o país com tranquilidade. No discurso de posse deixou claro que a sua maior preocupação seria a manutenção da unidade moral da família

republicana. No entanto, como mais tarde escreveu, em carta a Câmara Reys, quando tomou conta do governo, “não era possível um ministério de concentração. Estava ainda muito acesa a briga provocada pela desgraçada questão da presidência.”²¹

João Chagas fez o “sacrifício de aceitar o poder para ganhar tempo e facilitar, senão uma reconciliação impossível, o entendimento que veio a dar-se”. As duas facções – radical e moderada – eram, efectivamente, irreconciliáveis. Quando, em plena comemoração do primeiro aniversário da implantação da República, ocorreu a primeira incursão monárquica no norte do país, o Ministério de João Chagas foi o alvo preferido dessas facções. Embora o pequeno grupo de guerrilheiros monárquicos, que entrou em Portugal pela Galiza, tenha sido forçado a retirar pelas tropas fiéis ao governo, esta primeira incursão teve uma implicação determinante no breve prosseguimento da governação. Assim, o período de 70 dias durante o qual João Chagas se aguentou no governo (até 12 de Novembro) serviu para evidenciar a sua forma de governar e o seu desapego face ao poder.

Deste primeiro Ministério, resta a memória de um governo, no qual João Chagas foi “assistido por um antigo adepto do ditador deposto em Fevereiro de 1908 e dois futuros ditadores, o de Janeiro a Maio de 1915 e o de Dezembro de 1917 a Dezembro de 1918”,²² ou seja, os dois ditadores que viriam a subverter o regime republicano: o general Pimenta de Castro e o futuro major Sidónio Pais. É por isso que João Chagas pode ser considerado como “aquele que combateu, mais directa e coriacemente, as três ditaduras que precederam a do 28 de Maio de 1926”.²³

Após esta breve experiência governativa no primeiro Ministério constitucional da República, João Chagas entendeu que, para bem servir a República, deveria regressar à diplomacia. Uma vez de novo em Paris, mantém o seu pensamento na política interna da República, vigia pessoalmente e através do pessoal da Legação e de alguns dos cônsules em França, as movimentações dos conspiradores monárquicos em território francês. Esta vigilância apertada dos conspiradores não impediu, no entanto, a segunda incursão monárquica ocorrida a 9 de Julho de 1912 em Portugal e prontamente reprimida. É no seu posto diplomático em Paris que se encontra no Verão de 1914 quando deflagra a Primeira Guerra Mundial.

3. Pacifista angustiado perante a iminência da guerra

A partir da Legação parisiense, acompanhava a política interna da República portuguesa, a imagem de Portugal e do regime republicano no exterior e os bastidores da política internacional. Neste contexto, a possibilidade de uma guerra à escala mundial estava presente no seu espírito e no seu *Diário* desde inícios de Julho de 1914, especificamente a partir de 7 de Julho, dia em que o ministro da França em Lisboa, Emílio Daeschner o procurou, na Legação de Paris e ali se demorou à conversa. João Chagas estranhou a demora de Emílio Daeschner, por não ser um hábito dos franceses demorarem-se em encontros diplomáticos e, nesse sentido, interrogou-se mesmo sobre se o alegado motivo do encontro seria a verdadeira razão da visita. Contudo, não registou o motivo oficial da visita nem as suas suspeições.

Aquando das comemorações do 14 de Julho em Paris, criticou o facto do senador Humbert ter revelado que o exército francês estava

“falto de tudo o que lhe [era] preciso para uma boa preparação para a guerra, que as suas munições [eram] insuficientes, ou não presta[va]m, que as suas praças fortes [estavam] sem comunicações, que os seus soldados não [tinham] calçado [...]”, considerando que este discurso não podia ter sido “menos oportuno”, dado que dois dias depois partiria para a Rússia, em viagem oficial, o Presidente da República francesa, Raimond Poincaré.²⁴

A 25 de Julho, referindo-se ao ultimato da Áustria à Sérvia escreveu: “Estalou um trovão” e, seguidamente, lamentou que as notícias falassem da ruptura das relações diplomáticas entre os dois países e que, apesar – cito - das

“consideráveis concessões feitas pela Sérvia”, o ministro da Áustria em Belgrado [tivesse] apreendido os passaportes dos sérvios, obrigando a corte e a população a abandonar Belgrado e a refugiar-se em Nich, interior da Sérvia. Depois, considerou que “se a Rússia [viesse a intervir] neste conflito, como [era] de prever [...], [chegaria] talvez o momento da tão temida conflagração geral”.²⁵

No dia seguinte (26 de Julho), registou o seguinte:

“O dia de hoje foi de grande ansiedade. Chegaram notícias alarmantes. A Rússia entende apoiar os sérvios e ordenou já a mobilização. A Áustria está enviando as suas tropas para a fronteira. Houve manifestações patrióticas em Viena e em Berlim ao som do hino alemão. Em Paris, há inquietação, mas tem havido prudência. O governo tem estado reunido em conselho e está tomando providências. [...]”. Entretanto, duvidou da possibilidade, avançada por alguns sectores, do imperador da Alemanha intervir junto do imperador da Áustria para evitar a guerra, sustentando a sua dúvida no facto de não ser “fácil que a Áustria [recuasse] depois de ter ido tão longe no seu propósito de esmagar a nação, ou melhor, a raça que se está opondo às suas ambições de expansão eslava”.

Aliás, a sua reflexão vai mais longe, equacionando a possibilidade da Áustria ter um plano secreto, concertado com a Alemanha, com o objectivo de

“precipitar a guerra geral, inevitável, para a qual as nações vêm preparando-se mas para a qual só a Alemanha supõe estar pronta”. Dando conta dos preparativos para a guerra, assinala que a França “faz um esforço para se colocar a par da Alemanha” sem o ter conseguido, estima que, só dentro de dois anos, a França estaria pronta para a guerra, enquanto acredita que a Alemanha já estará em condições de fazer a guerra, pelo que admite a probabilidade da Alemanha desencadear o conflito. Sustenta que, se assim for, “o rompimento austro-sérvio seria um acto de maquiavelismo sem precedentes na história”.²⁶

João Chagas prosseguiu os registos diariamente. A 27 de Julho manifestou a esperança de que ainda fosse possível evitar a guerra, dado que a Áustria ainda não a declarara. Escreveu que o embaixador da Alemanha em Paris manifestara as intenções pacíficas do seu país num encontro com o ministro francês Bienvenu Martin, no qual chegara mesmo a pedir a intervenção da França junto da Rússia, ao que o governante francês retorquira que seria mais urgente a intervenção da Alemanha junto da Áustria. No dia seguinte (28 de Julho), contudo, anotou que a esperança se dissipava, porque o

embaixador da Áustria em Paris fora anunciar ao ministro dos Negócios Estrangeiros francês que, durante esse dia, a Áustria declararia guerra à Sérvia.

Perante a declaração de beligerância, assinada pelo ministro austríaco dos Negócios Estrangeiros, interrogou-se acerca das motivações desta guerra, reflectindo que a Sérvia poderia ser acusada de má vizinhança e que o atentado de Sarajevo fora perpetrado por um súbdito sérvio, mas, também, que a resposta sérvia ao ultimato austríaco era uma “abdição” que a Áustria considerara insuficiente, porque, em seu entender, “não era [...] uma reparação que a Áustria desejava. Era a guerra”.²⁷ E, embora não compreendendo claramente as motivações austríacas, suspeitou, desde o primeiro momento, da ambiguidade da Alemanha, conjecturando que este país pretendia “resolver pelas armas o problema da Europa”.²⁸

Apesar dos jornais franceses estarem proibidos de dar notícias relativas às movimentações políticas, diplomáticas e militares face à guerra iminente, iam circulando informações de que a França e a Inglaterra estariam a organizar a mobilização e, neste contexto, a 29 de Julho, o nosso embaixador em Paris confessou pensar “com inquietação no papel que Portugal [iria] desempenhar nesta guerra, se ela se [desencadeasse] e a Inglaterra [entrasse] em cena”.²⁹ Esta é, assim, a primeira vez que João Chagas se debate com o problema da posição de Portugal face à guerra. A segunda é no dia seguinte (30 de Julho), quando percebe que os seus adidos de Legação alegam estar doentes para, mediante uma licença, se ausentarem de Paris e regressarem imediatamente a Portugal.

Digamos que, a partir deste momento, João Chagas, perdeu as últimas esperanças de paz, e lamentou a iminência da guerra por sentir que os tempos tinham mudado, que “a humanidade [era] outra, outra a sua moral, e que detesta[va] a guerra”. O diplomata contava-se, de facto, entre os que abominavam a guerra, porém, quando esta eclodiu e foi confrontado com “muitos portugueses aflitos” que se dirigiram à Legação a perguntar se poderiam regressar ao país, entendeu que Portugal não poderia ser um mero espectador do conflito e, desde então, recusou-se a seguir cegamente a política definida pelo governo de Lisboa e empenhou-se, pessoalmente, no objectivo de levar o governo português a expressar incondicional apoio aos estados que combatiam as potências da Europa central.

4. Defensor radical da participação de Portugal na guerra

No sábado, 1 de Agosto, dia em que Paris “sussurrava como o mar”, como, mais tarde, escreverá Aquilino Ribeiro, João Chagas enviou, entre as 13 horas e as 23h55, sete telegramas para o ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, dando conta da inevitabilidade da guerra, da mobilização da França, da concentração do exército alemão nas fronteiras, da neutralidade da Itália, do ultimato alemão à Rússia, da preocupação da Alemanha em saber a posição da França face à mobilização russa, e, finalmente, da declaração de guerra da Alemanha à Rússia.

Deste modo, procurou que o governo de Lisboa tivesse, em tempo (quase) real, todas as informações da contagem decrescente para a guerra, de modo a poder definir a posição de Portugal. Embora não tivesse grandes ilusões sobre a limitada capacidade estratégica do governo português, dado que era nosso representante num país prestes a entrar em guerra (a França), sentiu-se legitimado para ser aí o intérprete da política nacional. Porém, estava dependente da nossa atitude de política externa e, por isso, mostrava-se preocupado, pois conhecia (e rejeitava) a histórica dependência portuguesa da aliança luso - britânica e as predisposições inglesas face às colónias portuguesas. Por isso, também, defendia uma diversificação das relações internacionais que permitisse a Portugal libertar-se da situação de protectorado britânico.

Inicialmente ainda admitiu o arrastamento de Portugal para a guerra no âmbito da aliança inglesa, contudo, quando a Inglaterra, com uma só cartada, impediu Portugal de participar na guerra e de declarar a neutralidade, obrigando-nos a uma situação equívoca, João Chagas recusou determinantemente essa ambiguidade. Do mesmo modo como desconfiara da ambiguidade alemã, considerando que “é preciso desconfiar sempre da ambiguidade”, desconfiava agora da ambiguidade imposta pela Inglaterra a Portugal, escrevendo no seu *Diário*: “Fiquei desolado! [...] Portugal não compreende que é este o momento, ou nunca, de resgatar o seu passado de tutelado da Inglaterra e ser enfim o seu aliado, de ser alguém?”.³⁰

João Chagas estava convencido de que a guerra seria curta. Aliás, esta era a convicção comum nos meios políticos e militares europeus. Ora, esta certeza, aliada a uma forte influência cultural francesa e a um acentuado sentimento anti-germânico, convenceu-o de que Portugal não poderia hesitar em “colocar-se imediatamente e espontaneamente ao lado da Inglaterra”.³¹ Isto porque, em seu entender, “a neutralidade, impossível de manter”, não salvava Portugal da sua perda no caso da vitória da Alemanha e, em

ontrapartida, a espontânea solidariedade com a Inglaterra conferiria a Portugal um “nobre lugar” entre as nações [aliadas] se a sua causa viesse a triunfar.³²

O diplomata considerava “absurda a ideia jurídica da neutralidade perante um perigo comum” que, neste contexto, em seu entender, era a Alemanha que, por falta de “senso moral”, conseguira “isolar-se do resto da humanidade [tendo] contra si a humanidade inteira”. Observando o comportamento de pequenos países beligerantes, como a Sérvia e a Bélgica, acreditava que era preciso “fazer esta guerra para acabar de vez com a guerra” e reiterava que nenhum país devia invocar a neutralidade, “muito menos os pequenos países”. Assim, entendeu que, nesta conjuntura, Portugal deveria assumir “sem tergiversações o papel de aliado da Inglaterra e dar-lhe o pouco que [podia] dar-lhe, mas dar-lho e não esperar que ela lho [exigisse] ou o [tomasse] por suas mãos”.³³

Sustentando que, pela primeira vez na história da aliança luso - britânica, Portugal

“poderia apresentar-se como credor”, defendia que Portugal deveria ter uma participação activa na guerra, uma vez que não se tratava de uma guerra de meras ambições territoriais, mas de um conflito entre princípios – cito -, “entre a liberdade e a tirania, entre a democracia e o feudalismo, entre o progresso e a servidão”.³⁴

Isto porque, para si, a Alemanha era a única responsável pela guerra, constituindo

“o caso monstruoso de uma sociedade que pôs todas as conquistas de um prodigioso progresso material ao serviço dos instintos mais ferozes”, constituindo, por isso, “o maior perigo que a humanidade tinha conhecido”. É, por isso, que a guerra contra o império germânico se lhe afigurava como “um acto necessário, redentor da humanidade, um imperativo dos valores da liberdade e da democracia e da própria paz”.³⁵

O seu ponto de vista era claro: “A Inglaterra vai ao fundo? Vamos em boa companhia. É seu o triunfo? Partilharemos dele. Pela primeira vez na história da nossa velhíssima aliança ter-lhe-emos dado e não pedido concurso. Seremos enfim aliados da Inglaterra”. A sua crença na vitória dos aliados era inabalável. Por isso, sustenta que Portugal, alinhando pela Entente, contaria, no final da guerra, “no número das nações” e veria

“abrir-se diante dele um futuro admirável”.³⁶ Mantendo a atitude de neutralidade condicional, declarada pelo governo de Lisboa, Portugal seria, a seu ver, desclassificado “para todos os efeitos da consideração presente e reparações futuras”.³⁷

4.1 Intervenção directa no pedido de auxílio da França

Nos primeiros dias de Setembro, com a guerra a decorrer há um mês, Portugal mantinha o estatuto internacional de ambígua neutralidade e prosseguia, internamente, “a polémica entre radicais e moderados sobre a estratégia nacional perante a guerra”.³⁸ Assim, aproveitando a deslocação da capital francesa para Bordéus, João Chagas deixou Paris e dirigiu-se a Portugal, decidido a não regressar ao seu posto diplomático se o governo de Lisboa não definisse inequivocamente a sua política face à guerra.

Em Lisboa, reuniu com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Freire de Andrade, exigindo que “o país tivesse uma situação clara”, que definisse “por meio de instrumentos diplomáticos” a sua posição e que comunicasse as declarações do presidente do conselho de ministros aos ministros da Alemanha e da Áustria em Lisboa. Verificando que o governo não definira uma orientação para a guerra, limitando-se a seguir as instruções de Londres, desencadeou uma “acção diplomática paralela”,³⁹ reunindo, duas vezes, com o embaixador de Londres em Lisboa, Lancelot Carnegie, e encontrando-se, também duas vezes, com o ministro da França em Lisboa, Emílio Deaschner.

No seu *Diário*, habitual ‘confidente’ do seu dia-a-dia, registou pormenorizadamente as conversações com Freire de Andrade e Lancelot Carnegie e nada escreveu sobre as conversas com Emílio Deaschner. E, perante a notícia de que o conselho de ministros entendera que a atitude de neutralidade condicional ou ambígua neutralidade “era a melhor”, anotou apenas: “Não insisti, porque espero ainda acontecimentos que obrigarão talvez o governo a modificá-la. Os meus esforços têm de ser pertinazes mas discretos. A questão que se coloca é a de saber quais seriam os acontecimentos aguardados pelo diplomata radicalmente intervencionista. Uma revolução não era, pois entendia que já tinha feito muitas revoluções e que, no momento, o país precisava de ordem.

Admitimos que João Chagas tenha diligências confidenciais junto do representante da França em Lisboa, acordando a estratégia para a participação de Portugal na guerra. Essa estratégia, confidencial, motivo pelo qual não a registou no *Diário*, passaria pelo pedido de armamento feito pela França ao governo de Lisboa. O pedido de auxílio

francês, feito apenas três dias depois da reunião de Emílio Deaschner com João Chagas, ajuda a confirmar esta tese. Tanto mais que, ao ter conhecimento de que Portugal aceitara auxiliar a França, desde que o armamento solicitado pelos franceses seguisse com “as tropas para o manejar”, nada escreveu no seu *Diário* sobre o pedido de auxílio francês nem sobre a prometida ajuda portuguesa.⁴⁰ Ora, se assim foi, Portugal deve à acção diplomática de João Chagas, ainda que indirectamente, a entrada de Portugal na Grande Guerra. Por isso, João Chagas é, de facto, um dos principais motores de arranque da intervenção portuguesa na Primeira Guerra Mundial.⁴¹

5. Representante de um regime de liberdade, recusa servir ditaduras e ditadores

Durante a Primeira Guerra Mundial, dois acontecimentos motivaram duas atitudes radicais de João Chagas. Foram as ditaduras de Pimenta de Castro (entre 28 de Janeiro e 14 de Maio de 1915) e de Sidónio Pais (entre 5 de Dezembro de 1917 e 14 de Dezembro de 1918), as quais motivam o seu pedido de demissão, e consequente abandono, do seu cargo diplomático em Paris. Tal como acontecera durante a ditadura de João Franco, João Chagas não se resigna perante a ditadura de Pimenta de Castro nem perante o golpe e consequente ditadura sidonista.

Em face da ditadura pimentista, João Chagas – que, não sendo um homem de partidos, confessara a sua preferência por António José de Almeida – reorientou as suas esperanças para Afonso Costa e decide regressar a Portugal. Para tanto, telegrafou ao ministro dos Negócios Estrangeiros nestes termos: “Tenho a honra de enviar a vossa Ex.^a a minha demissão de ministro de Portugal junto deste governo e nesta data entrego os negócios da Legação ao sr. Justino de Montalvão, primeiro secretário. *Representante de um regime de liberdade, não sirvo ditaduras nem ditadores*”.⁴²

Uma vez regressado a Portugal, iniciou, novamente na Imprensa, mais uma campanha de apelo a uma revolução, desta vez contra a ditadura de Pimenta de Castro. Escolheu o Porto para início de mais este combate pela pena. Aí escreveu *A Última Crise*, um opúsculo publicado poucos dias antes da revolução de 14 de Maio de 1915 e que influenciou claramente a situação política interna.

Na sequência do seu contributo para a revolução de 14 de Maio de 1915, foi convidado a formar governo. Ansioso, apanhou o comboio do Porto para Lisboa, a 16 de Maio, com a sua esposa, Teresa Pinheiro Chagas, Paulo Falcão e Carlos Oliveira, que

deveriam vir a integrar o seu novo executivo. Porém, no percurso, foi alvejado com três tiros pelo senador João de Freitas e, desse modo, não tomou posse, tendo que ser substituído interinamente por José de Castro.

Os membros do novo Ministério aguardaram o regresso de João Chagas que recuperou rapidamente, porém, perdeu um olho e este facto abalou-o profundamente. Assim, decidiu regressar a Paris. A sua demissão da Legação foi anulada por decreto governamental, pelo que retomou as funções diplomáticas, que manteve até ao golpe de Sidónio Pais, em 5 de Dezembro de 1918.

Perante a instauração da ditadura sidonista, João Chagas pediu a exoneração do cargo a 14 de Dezembro (1917). O teor do seu pedido deixou Sidónio Pais perplexo. No telegrama, que chegou às mãos de Sidónio Pais no próprio dia 14, João Chagas refere que não lhe sendo “lícito” declinar as suas funções nas mãos da Junta Revolucionária, decidira aguardar alguns dias para, logo que teve “conhecimento completo dos acontecimentos de Lisboa, [e] que estivesse constituído o governo”, apresentar a demissão.⁴³

João Chagas disse a Sidónio Pais que a sua atitude não podia ser “diferente daquela que determinou o meu pedido de demissão ao gabinete Pimenta de Castro, visto as circunstâncias que me levaram a dá-la se renovam e agravam com a deposição e expulsão do Chefe de Estado eleito”. O ministro em Paris considerou, no mesmo telegrama, que a expulsão do Presidente da República era um “acto inadmissível [...] profundamente prejudicial ao crédito da República”. E, remetendo-se ao exílio em França, concluiu: “Só acrescentarei a esta comunicação a expressão da minha profunda mágoa por ver desfigurada a obra a que votei a minha vida e pela qual fiz tantos sacrifícios”.⁴⁴

6. Intelectual desencantado na hora da paz

João Chagas reassumiu o seu posto na Legação de Paris após a morte de Sidónio Pais e após o fim da Guerra. Ora, feita a Guerra, havia que fazer o rescaldo. Para Portugal, estas contas foram dramáticas, deixando registadas nos anais perdas humanas, materiais e morais. Para João Chagas, só a Conferência da Paz nos podia salvar da tempestade trazida pela Guerra. Assim, em Janeiro de 1919, Portugal viu abrir-se a Sala dos Espelhos do Palácio de Versalhes, como um dos 70 delegados das 32 nações vencedoras que, durante os meses seguintes, iriam redigir o Tratado de Paz.

Cheio de sonhos e de ilusões, Portugal entrou com um punhado de exigências e saiu quase de mãos a abanar. A acção de Afonso Costa e de João Chagas na 2.^a delegação portuguesa à Conferência da Paz conseguiu salvar a nossa integridade colonial. Mas foi quase tudo. Em Portugal, instaurou-se o clima propício para os eurocéticos defenderem o destino brasileiro e africano do país. Insatisfeitos com os resultados da Conferência da Paz, a economia destruída pela Guerra e as perdas humanas presentes na memória, a elite portuguesa defenderam então a não intromissão de Portugal na Sociedade das Nações.

João Chagas, mais uma vez, não receou ouvir a voz da sua consciência. Já integrara a Delegação Portuguesa à Conferência da Paz presidida por Afonso Costa e voltou a juntar-se-lhe na Sociedade das Nações. O entendimento do diplomata em Paris era simples: Portugal tinha sido derrotado na Guerra e esquecido na Paz, por isso tinha a obrigação de ir à procura do prestígio entre as nações.

Mas também aí escapou a glória tão ambicionada por João Chagas para Portugal. Para a História, acabou por ficar a memória de um Portugal injustiçado (no momento da partilha dos benefícios de Guerra) mas, em certa medida, co-responsável por essa injustiça. Quer por ter avaliado incorrectamente a correlação entre os objectivos e os meios, quer também por à ambição e largueza de vistas do projecto intervencionista de João Chagas (e de outros intervencionistas) não ter correspondido o sentimento de unidade nacional que Portugal deveria ter conquistado em face do perigo comum que se avizinhava com a Guerra.

Conclusão

João Chagas sobressai, como referiu Alfredo de Mesquita, como “um historiador que tem a felicidade de se encontrar dentro da História e a interroga”. Um jornalista e escritor de simpatias monárquicas que se deixa seduzir pelo republicanismo no mesmo momento em que, devido à atávica reacção portuguesa ao *Ultimatum* inglês, se desilude com a Monarquia.

A sua adesão ao republicanismo aconteceu, portanto, numa fase em que este movimento se transformara em partido político. Porém, para João Chagas os partidos não interessavam, pois, em primeiro lugar, estava a República, sinónimo de pátria e de nação, a República da qual será orgulhosamente embaixador em Paris (França).

Ora, foi precisamente por entender que a República era sinónimo de pátria e de nação que, em face da Primeira Guerra Mundial, esperava um consenso nacional em volta da

estratégia intervencionista. Todavia, esta estratégia, sua e de mais alguns ilustres republicanos, como Jaime Cortesão, conseguiu apenas o apoio dos democráticos de Afonso Costa, enquanto a estratégia moderada de Teixeira Gomes, embaixador de Portugal em Londres (Inglaterra) reuniu o apoio dos unionistas de Brito Camacho. António José de Almeida estava a meio das duas, embora tenha, entretanto, viabilizado a política intervencionista.

O consenso nacional nunca foi conseguido, mas João Chagas manteve intacta a convicção intervencionista explícita em *Portugal perante a Guerra*, um longo texto que publicou, em 1915, apelando ao intervencionismo de Portugal na Grande Guerra. Evidentemente, não foi o único opositor à neutralidade condicional de Portugal face à guerra, mas foi, seguramente, o primeiro e o mais persistente; foi incansável na procura da clarificação da atitude de Portugal face ao conflito mundial através de telegramas para o ministério dos Negócios Estrangeiros de Lisboa, de cartas para os seus amigos republicanos, da publicação de artigos em jornais, da distribuição de panfletos *guerristas*, e, ainda, de contactos diplomáticos em França e em Portugal.

João Chagas foi, conforme também considera Hipólito de la Torre Gomez, “o mais distinto representante das razões do intervencionismo”⁴⁵ português. Só não foi, em nosso entender, “o mais radical belicista de 1914”, como sustenta Hipólito de La Torre Gomez, porque era um pacifista que defendia o recurso à arbitragem internacional para a resolução dos conflitos entre as nações. Por isso, consideramos que esteve na “linha da frente” intervencionista, porque só perante a guerra e perante o “inimigo comum”, entendia que Portugal não podia “fazer vida à parte”, dado que não era “uma nação murada” e só alinhando pela Entente contaria, no final do conflito, “no número das nações” e veria “abrir-se diante dele um futuro admirável”.⁴⁶

João Chagas foi um intelectual republicano que ousou, mais que uma vez, procurar o aperfeiçoamento da República. Há nele uma espécie de diálogo a quatro - o jornalista, o escritor, o político e o diplomata. Deste diálogo sobressai o homem, fiel aos princípios maçónicos, sempre em busca da clarificação das linhas iniciáticas e da revelação dos segredos que permitiriam a Portugal agigantar-se e transcender-se.

No final da vida, confessou-se desiludido com os políticos, especialmente com os republicanos, mas não desistiu da República. Aliás, a única fé que professou até ao fim da vida foi, efectivamente, a fé republicana.

Bibliografia

- CHAGAS, João. *A Última Crise*, Porto, edição de autor, 1915.
_____. *Cartas Políticas*, edição de autor, 1908.
_____. *Diário*, I, II, III e IV, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1930.
_____. *Diário de um condenado político: 1892-1893*, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1894.
_____. *Portugal perante a Guerra*, Porto, edição de autor, 1915.
_____. *Trabalhos Forçados*, I, II e III, Lisboa, Folha do Povo, 1900.
- GOMEZ, Hipólito de la Torre, *Na encruzilhada da Grande Guerra. Portugal-Espanha. 1913-1919*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage Editores, 2001.
_____. *A Propaganda Republicana*, Coimbra, CMC, 1990.
_____. *História da Fundação Eng.º António de Almeida*, vol. I, Porto, Edição da Fundação Eng.º António de Almeida, 2003.
- MARQUES, A.H. de Oliveira, *Guia de História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1981.
- MARQUES, A.H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. XI, Lisboa, Editorial Presença, 1991.
- MEDINA, João, *História de Portugal*, vol.X, Amadora, Ediclube, 1993.
- MESQUITA, Alfredo de, *João Chagas*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1930.
- NOVAIS, Noémia Malva, *João Chagas. A Diplomacia e a Guerra (1914-1918)*, Coimbra, MinervaCoimbra, 2006.
_____. *Do 28 de Janeiro (1908) ao Regicídio*, <http://www.historiandoecomunicando.blogspot.com>, Coimbra, 2008.
_____. *O Regicídio*, <http://www.historiandoecomunicando.blogspot.com>, Coimbra, 2008.
_____. *O jornal «A República Portuguesa» e o jornalista João Chagas*, <http://www.historiandoecomunicando.blogspot.com>, Coimbra, 2008.
- PINTO, António Costa (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Dom Quixote, 2005.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Poder e a Guerra. 1914-1918. Objectivos nacionais e estratégias políticas na entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

¹ PhD Student em Ciências da Comunicação na Universidade Nova de Lisboa. Investigadora Ceis20/Universidade de Coimbra.

² António Costa Pinto (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Dom Quixote, Lisboa, 2005, p.12.

³ Refira-se que, ao tempo, a Universidade de Coimbra era a única universidade do país, situando-se entre as melhores universidades mundiais. A Universidade de Lisboa foi criada por Decreto de 22 de Março de 1911.

⁴ Noémia Malva Novais, *João Chagas. A Diplomacia e a Guerra (1914-1918)*, Coimbra, MinervaCoimbra, 2006, p. 22. Sobre as últimas décadas da Monarquia Constitucional veja-se, entre outros, A.H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, dir., *Nova História de Portugal*, vol. XI, Lisboa, Editorial Presença, 1991 e Amadeu Carvalho Homem, *Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage Editores, 2001.

⁵ A.H. de Oliveira Marques e Joel Serrão (dir.) *Nova História de Portugal*, vol. XI, cit., p. 679.

⁶ Idem, pp. 679-680.

⁷ Amadeu Carvalho Homem, *A Propaganda Republicana*, Coimbra, CMC, 1990, p. 6.

⁸ Idem, p.7.

⁹ Alfredo de Mesquita, *João Chagas*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1930.

¹⁰ A maior parte da elite republicana seguia o positivismo de Auguste Comte e de Emílio Littré, de acordo com o qual o republicanismo seria uma consequência natural da generalização do espírito científico, sendo que, neste contexto, fazer política científica significava ensinar ao povo os elementos básicos da

sociologia de Comte e Littré. Desde modo, acreditavam que quando o povo estivesse suficientemente esclarecido, a República surgiria das eleições.

¹¹ O Partido Regenerador perde Fontes Pereira de Melo e o Partido Progressista perde Anselmo Braamcamp. Eram ambos chefes históricos do constitucionalismo monárquico, respeitados, mestres da arte da governação, alheios a comportamentos sectários.

¹² Amadeu Carvalho Homem, *História da Fundação Eng.º António de Almeida*, vol.I, Porto, edição da História da Fundação Eng.º António de Almeida, 2003, p.15.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ Coimbra tem também uma geração republicana que publica a revista *Anátoma* e o jornal *O Ultimato*.

¹⁵ Amadeu Carvalho Homem, *Da Monarquia à República*, p. 22.

¹⁶ Vide João Chagas, *Diário de um Condenado Político: 1892-1893*, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1894 e *Trabalhos Forçados*, I, II e III, Lisboa, Folha do Povo, 1900.

¹⁷ Sobre o movimento do 28 de Janeiro de 1908 veja-se Noémia Malva Novais, *O penúltimo Inverno da Monarquia*, Coimbra, DC, 1 de Fevereiro de 2008 e <http://www.historiandoecomunicando.blogspot.com>.

¹⁸ Cfr. Noémia Malva Novais, João Chagas. *A Diplomacia e a Guerra*, cit., p. 26.

¹⁹ Cfr. Alfredo de Mesquita, *João Chagas*, p. 20.

²⁰ A.H.de Oliveira Marques, *Guia de História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1981, p. 487.

²¹ Seara Nova, n.º 524, 28 Agosto 1937, p. 388, Carta de João Chagas a Câmara Reys.

²² João Medina, *História de Portugal*, vol.X, Amadora, Ediclube, 1993, p.233.

²³ *Ibidem*.

²⁴ João Chagas, *Diário I*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1930, pp. 103-104.

²⁵ *Idem*, pp. 108-109.

²⁶ *Idem*, p. 110.

²⁷ *Idem*, p. 113.

²⁸ *Idem*, p. 114.

²⁹ *Idem*, p. 118.

³⁰ *Idem*, p. 128.

³¹ *Idem*, p. 139.

³² *Ibidem*.

³³ Noémia Malva Novais, *João Chagas. A Diplomacia e a Guerra*, cit., pp. 69-73.

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ *Ibidem*.

³⁸ Nuno Severiano Teixeira, *O Poder e a Guerra, 1914-1918. Objectivos nacionais e estratégias políticas na entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, p. 226.

³⁹ Noémia Malva Novais, *João Chagas. A Diplomacia e a Guerra*, cit., pp. 73-78.

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ *Ibidem*. Para entender a posição de João Chagas face à guerra vide também *João Chagas perante a Guerra*, Porto, edição de autor, 1915.

⁴² Noémia Malva Novais, João Chagas. *A Diplomacia e a Guerra*, cit., p. 86.

⁴³ *Idem*, p. 124 e AHDMNE, Telegramas expedidos da LPP para MNE, Telegrama de 14 Dezembro 1917.

⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁵ Hipólito de La Torre Gomez, *Na encruzilhada da Grande Guerra. Portugal-Espanha. 1913-1919*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 99.

⁴⁶ Noémia Malva Novais, *João Chagas. A Diplomacia e a Guerra*, cit., 71.